

VirtualizaÃ§Ã£o nÃ£o prejudica advogado e beneficia quem adere

O tema da palestra do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Cesar Asfor Rocha, que aconteceu na manhÃ de quarta-feira (24/2), na FederaçÃo das IndÃstrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), era a Lei dos Recursos Repetitivos. Mas o que causou polÃmica mesmo foi o processo eletrÃnico. Taxado de moroso, o JudiciÃrio parece ter passado como um foguete no que se refere Ã virtualizaçÃo dos processos. E tem encontrado resistÃncia, nÃo sÃo de alguns juizes, mas tambÃm de alguns advogados.

A polÃmica começou quando o ministro afirmou que o recurso no processo eletrÃnico, quando chega dos tribunais ao STJ, Ã distribuído no mesmo dia. JÃ os pedidos que sÃo protocolados em papel no tribunal demoram cerca de cinco dias. O ministro afirmou que esse tempo podia ser reduzido, mas mantÃm tal diferença para estimular a adesÃo ao processo virtual.

Um advogado da plateia pediu ao ministro que nÃo penalizasse os advogados que, fora dos grandes escritÃrios, nÃo tÃm tantos recursos para entrar nesse mundo tecnolÃgico ou resolver problemas inerentes a ele. Asfor Rocha tratou logo de explicar que nÃo penaliza ninguÃm. O que demorava sete meses para chegar Ãs mÃos dos ministros, agora leva cerca de cinco dias, quando nÃo apenas um.

O ministro afirmou que os advogados, que nÃo quiserem ou nÃo puderem aderir ao processo eletrÃnico, tem a disposiçÃo tudo o que tinha no modelo tradicional, em papel. Se quiser pegar um aviÃo e ir atÃ BrasÃlia, vai ter acesso ao processo, e poder, no caso, imprimir os autos, como fazia antigamente ao tirar cÃpias. O que o processo eletrÃnico oferece, disse, sÃo benefÃcios ao trabalho do advogado e o mÃximo que pode acontecer Ã ele nÃo desfrutar essas vantagens.

Acostumado a falar sobre o processo eletrÃnico, jÃ que foi o ministro que se engajou na transformaçÃo do STJ em um tribunal virtual, Asfor Rocha disse, ainda, que o processo eletrÃnico evita que o defensor se depare com burocratas e tenha que se humilhar para ver um processo no tribunal.

Computador no FÃrum

Outra questÃo que nÃo ficou de fora foi a recente decisÃo do Conselho Nacional de Justiça, que entendeu que os tribunais nÃo podem obrigar os advogados a peticionar eletronicamente sem disponibilizar meios para que eles façam isso. O ministro afirmou desconhecer a decisÃo. Ele disse que exigir que os tribunais ofereçam os equipamentos nÃo Ã uma resistÃncia sÃria. Com R\$ 5, disse o ministro, Ã possÍvel levar a petiçÃo a uma *lan house* e enviÃ-la eletronicamente.

JÃ o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Luiz Zveiter, afirmou que o TJ fluminense estÃ se virtualizando e que nÃo vai disponibilizar computadores. O desembargador lembrou que, no Rio, hÃ uma lei estadual que garante um fundo especial ao tribunal, mas hÃ estados em que nÃo existe nem mesmo um bom relacionamento entre o JudiciÃrio e o Executivo. O prÃprio STJ tem seu orçamento vinculado com o da UniÃo.

O presidente da OAB do Rio, Wadih Damous, disse que computadores tÃm sido instalados nas salas dos advogados nos fÃruns da capital e nas subseÃes. Para Zveiter, ao fazer isso, a OAB estÃ desempenhando



o papel que é dela.

Encarar o processo eletrônico também não tem sido fácil para alguns juízes. O ministro Asfor Rocha disse que tem um colega que tem “incompatibilidade” com o computador. Ele não imprime, manda imprimir os processos, contou sem dizer quem era. No TJ, Zveiter disse que não é muito diferente. Alguns têm horror a computador, o que não é o caso do presidente do TJ, outro aficionado pelas tecnologias que podem acelerar o trabalho nos tribunais.

O desembargador Poul Erik Dyrland, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio e Espírito Santo), afirmou que ele mesmo, acostumado ao processo em papel, terá de se adaptar. Ele acredita que a solução para diminuir o impacto dessas mudanças deve começar ainda na faculdade, com os estudantes já aprendendo a lidar com o processo eletrônico. Em cinco anos, diz, talvez já existam juízes bastante adaptados ao processo virtual.

A mudança também é cultural. Wadih Damous contou que uma de suas iniciativas como presidente a OAB do Rio foi equipar a sala dos advogados no Fórum Central do TJ com computadores de última geração para que o advogado pudesse fazer uso. Dias depois, recebeu uma enxurrada de reclamações de advogados. Eles, conta Damous, queriam de volta a máquina de escrever.